

QUESTÕES DISCURSIVAS

18º Exame de Ordem – Rio de Janeiro - 2ª fase (2002)

1 - Quando e em que circunstâncias pode o juiz modificar a sentença trabalhista por ele prolatada?

Fundamentar a resposta, indicando o respectivo dispositivo legal aplicável.

2 - Qual o recurso que cabe do despacho denegatório de seguimento ao agravo de petição, na Vara de Trabalho do Rio de Janeiro?

Fundamentar a resposta, indicando o respectivo dispositivo legal ou regimental aplicável à espécie.

3 - Empregado de uma empresa imobiliária, durante o prazo do aviso prévio, comete falta considerada como justa causa para a rescisão do seu contrato de trabalho (exceto abandono do emprego). Quais as verbas rescisórias que pode o mesmo pleitear de seu empregador, perante a Justiça do Trabalho?

Fundamentar a resposta, com todos os detalhes, circunstâncias e dispositivos legais aplicáveis.

4 - Qual o efeito jurídico que terá o empregado, de uma sociedade por ações, ao ser aposentado por invalidez ?

Fundamentar a resposta, indicando corretamente a situação legal do aposentado por invalidez, bem como os dispositivos de lei acaso aplicáveis.

5 - Como pode ser pago o salário de um empregado na indústria de papéis? Indicar corretamente a modalidade ou modalidades de pagamento, bem como o dispositivo legal incidente sobre o caso.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

19º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2002)

1 - Ricardo Santos ajuizou uma reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador São Vicente Indústria e Comércio Ltda, postulando apenas equiparação salarial ao seu colega Haroldo Teixeira da Rocha, paradigma apontado na petição inicial pelo reclamante. O pedido se justifica porque Ricardo Santos ao longo de todo o seu contrato recebeu salário inferior ao do colega indicado, embora exercessem ambos idênticas funções, pois quando Ricardo foi admitido Haroldo foi, na mesma data, promovido. Em sua defesa a empresa suscitou que além do paradigma não ser mais empregado da São Vicente, inviabilizando a instrução probatória da ação, Haroldo Teixeira da Rocha havia sido admitido na empresa dois anos e seis meses antes do reclamante.

Observando e indicando o ônus da prova das partes na reclamação trabalhista em exame, verifique a procedência da ação proposta pelo ex-empregado Ricardo Santos.

2 - O empregado Cláudio Martins foi designado pela direção do sindicato profissional para ocupar o cargo de diretor de esporte da sede campestre, na ausência de um sindicalista eleito no pleito sindical para assumir essa função. Sendo a entidade sindical não representante dos empregados da empresa para a qual trabalha, Cláudio goza de estabilidade no emprego? Justifique fundamentando a resposta.

3 - O que ocorre quando um menor de 17 anos de idade trabalha em serviço insalubre de grau médio? O contrato é nulo? Justifique fundamentadamente a resposta.

4 - Alfred Smith, trabalhador brasileiro, foi contratado em Barcelona na Espanha, local em que fez todos os seus exames seletivos. Após a sua aprovação nos testes se seleção, o empregado iniciou imediatamente os seus serviços na filial brasileira de seu empregador, a Big Salada Ltda., na cidade do Rio de Janeiro. Demitido sem justa causa após seis anos de serviço para o mesmo empregador, o trabalhador propôs uma reclamação trabalhista em Porto Alegre, sua cidade natal e onde mantém atualmente seu domicílio. Considerando os fatos informados, pode o ex-empregador de Alfred Smith "excepcionar" a Justiça do Trabalho de Porto Alegre? Em que momento processual pode ser oposta essa exceção? Justifique fundamentando a resposta.

5 - Luiz Ignácio de Freitas é empregado da empresa CPN Embusteiro Ltda. desde maio de 1985. A partir de 1990 acompanha regularmente, através dos extratos de seu FGTS, os depósitos recolhidos pelo empregador e acréscimos de juros e atualização monetária creditados pelo Governo Federal. Nos últimos dois anos verificou que a CNP (que antes só atrasava o depósito) passou a não mais efetuar esses recolhimentos. Procurando o empregador esse afirmou que a "culpa era da Caixa Econômica Federal que não vinha, aliás, como não vem, atualizando o extrato...". Não convencido com o que lhe foi dito pelo empregador, Luiz Ignácio resolveu procurar um escritório de advocacia, solicitando que este encontrasse uma medida judicial de urgência que obrigasse o seu empregador a demonstrar o regular e tempestivo recolhimento dos depósitos ao FGTS, cujos valores atualmente já ultrapassam a importância expressiva de setenta salários mínimos.

Que providência processual deve o advogado Leonardo Mendes adotar para atender ao pedido de seu cliente? Justifique fundamentando a resposta.

20º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2002)

1 - É possível o rompimento do contrato de trabalho da gestante? Justifique.

2 - Hélio Mesquita firmou com seu empregador, quando de sua admissão, um contrato de trabalho com uma jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais, cumprindo cláusula de convenção coletiva de trabalho firmada entre o sindicato da categoria profissional representante do empregado em questão com sindicato da respectiva categoria econômica. Em 1998, após três anos de contrato de trabalho, espontaneamente e sem qualquer fixação em norma coletiva ou pré-determinação dessa alteração, o empregador permitiu que o empregado passasse a cumprir 6 horas/dia de trabalho. Em janeiro de 2003 o empregador determinou que o empregado retomasse a sua jornada contratual, isto é, 8 horas diárias, observando as 44 horas semanais. É possível essa alteração contratual imposta pelo empregador que não possui a concordância do empregado? Justifique a resposta com o respectivo embasamento legal.

3 - Uma entidade sindical propôs uma ação de cumprimento cobrando o pagamento nos salários dos empregados da categoria profissional representada, vigentes em 30 de novembro de 1995, que deveriam ser reajustados em 5% (cinco por cento), a partir de 01 de dezembro de 1996. Esse reajuste do salário foi conferido aos trabalhadores no julgamento do dissídio coletivo TRT-DC 006/1996 cuja decisão foi publicada em 07/01/97, tendo transitado em julgado apenas em 04/11/2002, ainda que tal dissídio tenha sido instaurado no ano de 1996. Considerando-se que o sindicato representante da categoria econômica interpôs recurso ordinário julgado no TST e que após tramitação pelo Supremo Tribunal, Federal por fim foi apreciado pela Corte Suprema Brasileira somente no segundo semestre de 2002 (decisão prolatada no Recurso Extraordinário no. 000000200095.085-1) que confirmou os acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho e TRT/1ª Região - indaga-se se procede a arguição de prescrição suscitada pela empresa reclamada na ação de cumprimento proposta pelo sindicato em janeiro de 2003?

Independente da questão prescricional deve ser salientada a possível legitimidade do sindicato profissional para propor essa ação de cumprimento.

4 - O que significa salário complessivo no Direito do Trabalho e o que representa tal adoção no contrato de trabalho?

5 - Sérgio Lopes Alonso propôs reclamação trabalhista postulando a sua reintegração no emprego por ser detentor de uma estabilidade provisória prevista na norma coletiva de trabalho aplicável a sua categoria profissional. A 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, acolhendo o pedido determinou a imediata reintegração do ex-empregado, fato que foi cumprido imediatamente pelo empregador. Durante a tramitação do recurso ordinário interposto pelo empregador, este soube da aposentadoria do empregado reintegrado. Analisando o entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência trabalhista, esclareça o que pode ocorrer nesta hipótese, considerando-se ainda que a sentença que determinou a reintegração não transitou em julgado? Deve também ser considerado na resposta que mesmo após o recebimento do benefício previdenciário decorrente da aposentadoria acima referida, continuou prestando serviços ao empregador.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

22º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2003)

1 - Ricardo Pereira dos Santos ajuizou uma reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador São Vicente Indústria e Comércio Ltda, postulando apenas equiparação salarial ao seu colega Haroldo Teixeira da Rocha, paradigma apontado na petição inicial, cujo valor da causa representava R\$ 50.000,00. A reclamação foi julgada improcedente pela 100ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Dessa decisão quais são os recursos imediatamente cabíveis, seus pressupostos de admissibilidade, prazo e o órgão julgador competente para apreciá-lo, fundamentando a resposta.

2 - Quando o sindicato instaura um dissídio coletivo ele representa os seus filiados ou os membros da categoria? Justifique fundamentando a resposta.

3 - Na ação civil pública trabalhista quem possui legitimação ativa, quais os interesses a serem defendidos e se é possível a concessão de liminar? Justifique fundamentando a resposta.

4 - Se um empregado firma com seu empregador um contrato a termo com percepção de salário por hora e este se extinguiu no sábado e o empregador paga ao referido trabalhador o domingo, o contrato de trabalho passaria a ser reconhecido como por prazo indeterminado? Justifique fundamentando a resposta.

5 - Como são constituídas e instituídas as Comissões de Conciliação Prévia? Fundamente a resposta.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

26º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2004)

1 - A responsabilidade subsidiária aplica-se também aos créditos trabalhistas resultantes de contratos de terceirização pactuados por entidades estatais? Justifique.

2- A ausência do Reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, acarreta o arquivamento do processo? Justifique.

3 - João foi admitido em 20/05/1995 na empresa XY Ltda. e imotivadamente dispensado em 20/01/2003, tendo sido o aviso prévio indenizado pelo empregador. Considerando-se que João era credor de duas horas extras diárias, que não foram adimplidas pelo empregador, ajuizou ação trabalhista em 27/01/2005 postulando tais parcelas. A empresa XY Ltda., em defesa, arguiu a prescrição total e parcial.

Responda fundamentadamente se operou-se a prescrição total e à parcial, apontando os dispositivos legais pertinentes.

4 - Pedro foi admitido em 01/09/1999, na função de apontador, laborando de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 h, com intervalo de 1 hora para alimentação e repouso. Contudo, o seu empregador procedeu a anotação de sua CTPS em 01/09/2000, passando a partir desta data a assinar os controles de frequência, recibos de salários e demais documentos decorrentes da relação de emprego.

Pergunta-se:

a) Pode Pedro pleitear o vínculo empregatício pelo tempo em que trabalhou sem o devido registro? À luz dos dispositivos legais aplicáveis à espécie fundamente a sua resposta.

b) Há algum princípio do Direito do Trabalho que ampare a pretensão do empregado?

5 - Roger, trabalhou para a empresa REDUTOR S/A, no período de 01/02/04 a 29/11/04, na jornada das 22:00h às 5:00h, em regime de revezamento decorrente da atividade empresarial, que era de refinação de petróleo. Contudo, durante todo o contrato de trabalho não recebeu o adicional noturno, sob a alegação de que o Caput do art. 73 da CLT não se aplica ao seu regime de trabalho.

Pergunta-se: Caso Roger recorresse a você, como advogado, e solicitasse o seu parecer fundamentado, a respeito do procedimento da empresa e dos seus direitos trabalhistas, o que você diria ao seu consulente?

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

27º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2005)

1 - Carlos foi admitido em 1/1/90 na Empreiteira LL Ltda., tendo sido imotivadamente dispensado em 30/5/03, lhe tendo sido concedido aviso prévio, mas sem receber as verbas resilitórias de direito. Seu advogado ingressou com ação em 28/5/05, objetivando o pagamento de horas extraordinárias e de verbas resilitórias.

Responda fundamentadamente: a) operou-se a prescrição total ou parcial?; b) se Carlos e LL Ltda. tivessem celebrado acordo em processo judicial anterior (com pedidos idênticos), devidamente homologado em juízo um mês antes de ajuizar a presente ação, você, advogado da ré argumentaria o quê, em preliminar de contestação; c) Se o advogado de Carlos necessitar dos cartões de ponto para fazer prova da jornada extraordinária, documentos esses que estão em poder da ré, qual requerimento caberia ao referido advogado e sob qual fundamento?

2 - José, que reside em Petrópolis, foi admitido na empresa XY Ltda., que se situa no Rio de Janeiro, para prestar serviços na localidade de Teresópolis onde laborou até o final de seu contrato. Sem autorização do empregado, a empresa usou a imagem do obreiro em propaganda que vem sendo veiculada na TV, destinada a aumentar a clientela empresarial. Na propaganda, a imagem do empregado é usada como exemplo de bom trabalhador.

Pergunta-se. A) Qual a Vara do Trabalho competente para apreciar a ação? B) Cabe ação de indenização por danos morais em face do empregador? Fundamente e cite os dispositivos legais.

3 - Camilo, empreiteiro autônomo, pessoalmente, e, contando com a ajuda de dois subordinados, firmou contrato de empreitada para reforma de um banheiro em uma residência em Ipanema, tendo pactuado o pagamento em 3 parcelas de R\$ 1.000,00 (mil reais). Embora Camilo tenha concluído a empreitada, o dono da obra deixou de quitar a última parcela. Qual é o órgão do Poder Judiciário que tem competência material para apreciar o litígio. Fundamente.

4 - No curso do processo perante a Justiça do Trabalho, você, advogado da ré, teve a oitiva de uma testemunha indeferida arbitrariamente pelo Juiz. Que atitude você tomaria (mencionar todos os atos a serem observados pelo advogado e os princípios regentes da matéria)

5 - João e Mário, atendentes da loja MM Ltda., após briga que envolveu agressão física entre ambos na frente de clientes do estabelecimento, foram chamados pelo empregador. O empregador (que verificou que os dois não mais poderiam trabalhar juntos), resolveu punir os empregados, tendo suspenso Mário por 10 dias e dispensado João por justa causa (como exemplo aos demais empregados). Comente a conduta do empregador diante dos princípios que regem a justa causa.

28º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2005)

1 - José Geraldo foi contratado pela empresa Instal Serviços Ltda, na função de reparador de linhas telefônicas, tendo trabalhado cinco anos, com prestação de serviços exclusiva à empresa contratante dos serviços, Teles S/A. Seu empregador lhe remunerava com salário inferior ao piso estabelecido para a categoria, bem como deixou de lhe fornecer outros direitos consagrados em lei e em norma coletiva. Você, advogado de José Geraldo, ao ajuizar a competente ação deverá decidir se a empresa Teles S/A, contratante da empresa Instal Serviços Ltda. deverá integrar o pólo passivo da relação processual, bem como definir a espécie de responsabilidade da mesma, caso figure no pólo passivo. Responda, apontando os fundamentos pertinentes.

2 - Paulo de Castro Júnior foi admitido, a título de experiência, por 90 dias, oportunidade que não teve sua Carteira de Trabalho assinada. Paulo ao completar 90 dias de serviço sem ter qualquer documento da empresa, soube que a mesma não tinha interesse em continuar com seus serviços. Paulo só recebeu a título de rescisão contratual 3/12 de férias proporcionais + 1/3, e 3/12 de 13º salário proporcional.

Pergunta-se:

- a) Analise o contrato de trabalho de Paulo?
- b) Paulo recebeu seus créditos corretamente? Justifique.

3 - Paulo da Silva Netto sempre esteve envolvido em "confusões" e "brigas". Contudo, quando Paulo completou 16 anos, arrumou um emprego na Metalúrgica Cruzeiro do Sul, e resolveu estudar à noite. Após 6 meses de trabalho, Paulo foi dispensado sem justa causa e nada recebeu.

Dona Maria (mãe) faltando 30 dias para Paulo completar 20 anos, comprou um táxi para seu filho trabalhar.

Paulo soube pelo Sr. Marcos (gari), que deveria ter recebido horas extras.

Paulo quer ingressar com uma Ação na Justiça do Trabalho, porém, João (médico), disse que seus Direitos já estavam prescritos. Pergunta-se:

- a) Analise a prescrição Trabalhista, e os aspectos fáticos e jurídicos?

4 - Severino, a partir de 2000, passou a freqüentar cultos na Igreja Novo Dia. Verificando a exacerbada fé de Severino, o Sacerdote Rolando o convocou em 03/02/2001 para prestar alguns serviços durante o culto, como ajudante.

Dada a dedicação e o carisma de Severino, as funções a ele delegadas foram acumulando-se a ponto de ter que, a partir de 12/08/2001, morar nas dependências da Igreja, recebendo alimentação e vestuário do Pastor, além de R\$ 300,00 para demais despesas. Severino trabalhava diariamente, em média, durante dez horas, inclusive nos finais de semana, cuidando de tarefas que variavam da faxina e manutenção da Igreja até os preparativos e execução do culto, como a coleta de doações, contabilizadas pelo próprio Severino.

Em 15/06/2004 Severino flagrou o Sacerdote desviando dinheiro da Igreja para enriquecimento pessoal e, ao denunciá-lo ao Bispo foi expulso da Igreja. Daí pergunta-se: Há possibilidade de configuração do vínculo de emprego? Qual princípio do Direito do Trabalho justificaria tal pedido de vínculo de emprego?

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

5 - A empresa privatizada "Telenor Telecomunicações S/A", pretendendo reduzir custos, decidiu terceirizar o setor de segurança patrimonial. Contratou a empresa Vigiforte, especializada nos serviços de vigilância e segurança.

Considerando que os empregados da Vigiforte recebiam ordens diretas do corpo diretivo da empresa tomadora do serviço, que lhes determinavam horário de trabalho, atribuíam tarefas e responsabilidades, e, inclusive, chegando a aplicar advertências escritas e suspensões em alguns casos, é possível a responsabilização da empresa de Telecomunicações para o pagamento de verbas trabalhistas de um empregado contratado pela empresa Vigiforte? Se positivo, em que grau se dará tal responsabilização, exclusiva, solidária ou subsidiária? Fundamente.

29º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2006)

1 - Informe como se processa o recurso ordinário no procedimento sumaríssimo, nos moldes dos dispositivos legais.

2 - Gabriela laborava na casa do Sr. Jucá, "olhando" seus filhos. Gabriela dedicou sua vida, a zelar pela casa do Sr. Jucá. Porém, após 4 (quatro) anos laborando para Jucá (período de 2002/2006), Gabriela descobriu que estava grávida. Após, comunicar o fato a Jucá, foi logo dispensada, sem justa causa.

Gabriela, procurou o escritório modelo de uma faculdade, e o estagiário falou-lhe que teria estabilidade de 150 dias, e não poderia ser dispensada.

Analise os aspectos fáticos e jurídicos.

3 - Um empregado tendo laborado no período de 01/02/2004 a 20/10/2005, afastou-se, no período aquisitivo de suas férias, por 170 dias, em razão de acidente de trabalho e por mais 15 dias por faltas injustificadas. Tal empregado tem direito a férias, daquele período aquisitivo? Em caso positivo, quantos dias? Fundamente com os dispositivos legais consolidados.

4 - Determinada pessoa foi contratada no Município do Rio de Janeiro, onde laborou no período de 3 (três) meses, sendo em seguida transferida para o Município de Taubaté - S.P., onde a empresa, apesar de não ter estabelecimento naquela cidade, presta serviços, lá permanecendo por 5 (cinco) anos, até a sua rescisão contratual.

Na hipótese de uma Reclamação Trabalhista movida pelo empregado, qual o foro competente, justificando a resposta.

5 - Diga quais são as condições para admissibilidade do Recurso de Revista.

30º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2006)

1 - É indispensável a tratativa negocial prévia antes do ajuizamento de dissídio coletivo econômico? Justifique a resposta.

2 - Se um empregado de um condomínio residencial, utilizando luvas, coloca diariamente o saco de lixo, já lacrado, na calçada, no horário predeterminado para coleta, passa a ter direito ao adicional de insalubridade? Justifique a resposta.

3 - Qual o recurso específico contra qualquer decisão do juiz na execução, após o julgamento de embargos a execução? Fundamente o critério de recebimento, prazo para interposição, e dispositivo legal aplicável?

4 - O empregador pode fazer descontos nos salários do empregado? Caso positivo, quais as hipóteses?

5 - Paulo Gomes Netto, ingressou com Ação Trabalhista, sendo a mesma julgada improcedente. O reclamante apresentou Recurso Ordinário, contudo, o Juízo de 1º Grau negou seguimento.

Em 06/10/2006, foi publicado o indeferimento.

Paulo pediu seu advogado que tomasse alguma providência.

Pergunta-se: Qual a providência que o advogado deve tomar? Qual o prazo?

31º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2006)

1 - Em uma audiência trabalhista de instrução e julgamento, o advogado tem indeferido o seu requerimento de oitiva da parte contrária em depoimento pessoal, sob o argumento de que, ao contrário do CPC, a CLT, nos artigos 820 e 848, não prevê a figura do depoimento pessoal das partes, mas somente do interrogatório, que é faculdade do juiz e, naquele momento, estava sendo dispensado. Aduziu o magistrado que, por não haver omissão na CLT (art. 769), seria incabível a oitiva de uma das partes por requerimento da parte contrária, mas apenas a faculdade de reinquirição, depois de inquiridas pelo juiz, o que não era o caso. Tendo em vista o indeferimento de seu requerimento, o diligente advogado fez consignar expressamente na ata de audiência os seus protestos, para garantir a apreciação jurisdicional do tema em momento posterior.

Uma vez prolatada e publicada sentença, desfavorável ao cliente do advogado que requereu a oitiva da parte contrária, sem obscuridade, omissão, contradição ou qualquer erro material, responda objetivamente:

- a) Qual é o remédio processual cabível para efetivar a produção da prova requerida, apontando sua previsão legal;
- b) Qual o prazo para interposição deste remédio processual;
- c) Aponte os fundamentos que podem ser argüidos nesta peça processual para garantir a oitiva da parte contrária em depoimento pessoal no Processo do Trabalho, indicando os dispositivos legais violados.

2 - É cabível o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica proposta por empresa privada do setor de turismo com o objetivo de obter a declaração de abusividade de greve deflagrada por seus empregados? Fundamente.

3 - João Bernardo, ex-empregado da empresa Maremar Utensílios de Cozinha Ltda., apresentou demanda na Comissão de Conciliação Prévia, instituída no sindicato profissional que representa os interesses de sua categoria, celebrando, ao final, termo de conciliação com o seu ex-empregador, dando quitação geral quanto ao extinto contrato de emprego, sem aposição de qualquer ressalva, na forma do art. 625-E, da CLT.

No dia marcado para o pagamento dos valores estipulados no acordo, a empresa não apareceu ou justificou sua ausência.

Irritado, João Bernardo procurou um advogado, que ajuizou ação trabalhista de conhecimento, narrando os fatos e requerendo a produção de todas as provas admitidas em direito, com o escopo de obter a procedência do pedido de reconhecimento daquele crédito em favor do autor. O processo foi julgado extinto sem resolução de mérito, por ausência de interesse processual, na forma do art. 267, VI, do CPC. João Bernardo, enfurecido, consultou outro profissional para entender o ocorrido e tentar receber o seu crédito ajustado.

Como novo advogado de João Bernardo, responda às seguintes indagações:

- a) O procedimento adotado pelo advogado de João Bernardo foi correto? Fundamente.

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

b) Caso positivo, qual é o remédio processual cabível para reverter a decisão e extinção do processo sem julgamento do mérito?

c) Caso negativo, qual deveria ter sido a providência tomada pelo advogado de João Bernardo?

4 - Nas hipóteses abaixo formuladas, deve o empregador indenizar, por danos morais e materiais, o empregado inválido em consequência de acidente de trabalho?

Hipótese a) O acidentado é empregado de uma empreiteira envolvida na construção do metrô, e no exercício de sua função, dirigia um veículo da empresa, que foi atingido pelo desmoronamento ocorrido no local.

Hipótese b) O empregado-motorista transportava para a escola os filhos da família que o empregava quando ocorreu o desmoronamento na estação de metrô que foi causa do acidente que lhe causou invalidez.

Hipótese c) O empregado dirigia veículo em via pública, quando, por falta de manutenção adequada no veículo de propriedade da empresa empregadora, sofreu acidente de que resultou a invalidez.

5 - Júlia Santos ajuizou reclamação trabalhista, em janeiro deste ano (2007), despedida que fora por sua empregadora doméstica, sem justa causa, em maio do ano anterior (2006), quando estava no início da gravidez. A reclamante, não inscrita no sistema de FGTS, tem direito a alguma indenização? Fundamente.

32º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2007)

1 - Antônio Camargo, empregado da empresa XYZ Indústria e Comércio S.A., exercia, nos últimos três anos, cargo administrativo de diretor comercial nessa empresa, sem qualquer subordinação jurídica, já que eleito por decisão de assembléia. Ao ser despedido sem justa causa, após 10 anos de trabalho para essa empresa, entendeu que o cálculo de sua indenização compensatória era inferior ao devido, porquanto a empresa empregadora não depositara os 40% devidos sobre o FGTS, relativamente ao período em que exerceu o cargo de direção na XYZ Indústria e Comércio S.A.

De fato, comprovou-se que não houve nenhum recolhimento de valores à conta do FGTS de Antônio Camargo no período em que este exerceu o cargo de diretor.

Com base nesses dados, fundamente a atitude da empresa.

2 - Uma empresa teve um automóvel penhorado por um oficial de justiça, em cumprimento ao mandado de execução expedido por Vara do Trabalho, em 12/3/2007. O gerente da empresa assinou o verso do termo de penhora como fiel depositário no próprio dia 12/3/2007, sendo que o mandado é juntado aos autos com o termo de penhora em 30/3/2007 (uma sexta-feira). O advogado da empresa opôs embargos à execução no dia 6/4/2007 (uma sexta-feira). No entanto, os embargos não foram conhecidos, tendo o Juízo declarado sua intempestividade.

Considerando as informações prestadas na situação hipotética acima, responda se está correta a declaração do juiz quanto à intempestividade dos embargos à execução. Justifique sua resposta.

3 - A estabilidade provisória assegurada atua como fator de limitação temporária ao direito potestativo de rescisão contratual e visa propiciar a seu destinatário, em última análise, o exercício de direitos fundamentais. Dessa forma, mesmo havendo extinção da empresa, entende-se, para qualquer hipótese de estabilidade provisória, não se deva excluir essa proteção legal.

Alice Monteiro de Barros. Curso de Direito do Trabalho. 2.ª ed., São Paulo: Ltr, p. 958 (com adaptações).

Considerando o texto acima como motivador inicial, redija, fundamentadamente, um texto em que examine o instituto da estabilidade provisória à luz da extinção do estabelecimento.

4 - A lei é omissa quanto à remuneração do trabalho dominical, mas a Justiça do Trabalho aqui fez as vezes de legislador: o TST emitiu o Enunciado 146, segundo o qual “o trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro”. (...) Uma lei (sic) que limita o comércio aos domingos, dias em que as pessoas têm tempo para fazer compras.

Edward Amadeo. Opinião. In: Valor Econômico, 18/4/2007, A-17.

Considerando o texto acima, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- a) É correta a afirmação de que “a lei é omissa quanto à remuneração do trabalho dominical”?
- b) Quais são as referências legais para o funcionamento do comércio aos domingos e o que elas preceituam?

5 - Um reclamante ajuizou reclamação trabalhista, com pedido de antecipação da tutela, postulando a sua reintegração no emprego, em razão de ter sido eleito dirigente sindical, conforme era do conhecimento da empresa. O juiz, ao analisar a petição inicial, entendeu estarem presentes os requisitos do art. 273 do CPC e deferiu a antecipação da tutela, antes mesmo de citar o réu. Quando o réu foi intimado da decisão, impetrou mandado de segurança visando à sua cassação, com pedido de liminar. No entanto, a liminar foi indeferida, uma vez que o juiz entendeu não estarem presentes o perigo da demora e a fumaça do bom direito.

Considerando essa situação hipotética, redija de forma fundamentada, um texto em que aborde o remédio processual cabível contra a decisão que indeferiu a liminar e o prazo para sua interposição. Esclareça, ainda, se há previsão legal específica que determina ao juiz do trabalho a concessão de medida liminar para se reintegrar dirigente sindical despedido pelo empregador.

Exame de Ordem – 2007.1 - Nacional - 2ª fase

1 - O advogado da empresa Delta, munido do instrumento de procuração, compareceu a uma audiência de conciliação, à qual o preposto da reclamada não compareceu.

Diante dessa situação hipotética, responda, de forma justificada, à seguinte pergunta: Deve ser aplicada a revelia à empresa Delta?

2 - Manoel moveu ação trabalhista contra a empresa Gama, sob o rito do procedimento sumaríssimo. Contudo, ao formular o pedido, o advogado de Manoel não indicou os valores das verbas pleiteadas, limitando-se a afirmar nos pedidos o termo “a apurar”.

Considerando o caso hipotético em apreço, redija um texto, de forma justificada, acerca de como deve proceder o juiz nessa situação.

3 - O advogado da empresa Beta interpôs agravo de petição apresentando fundamentação genérica, sem especificar a matéria e os valores impugnados.

Considerando que no processo do trabalho é cabível agravo de petição das decisões do juiz do trabalho em execuções, responda, de forma justificada, à seguinte pergunta relativa à situação hipotética apresentada acima. O recurso interposto pelo advogado está apto a ser conhecido e provido?

4 - Defina o termo salário utilidade, abordando as prestações que podem ser consideradas como utilidade e as que não se enquadram nesse conceito.

5 - O advogado da massa falida da empresa Ômega interpôs recurso ordinário de sentença de 1.º grau que havia estabelecido condenação da massa falida em verbas trabalhistas de ex-empregado. Entretanto, o referido advogado não efetuou o recolhimento do preparo nem pagou as custas processuais.

Nesse caso, o recurso ordinário deve ser considerado deserto? Justifique a sua resposta.

33º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2007)

1- O advogado Francisco Albuquerque, inconformado com o conteúdo da sentença que julgou improcedente o pedido de seu cliente, interpõe recurso ordinário. A sentença foi publicada no Diário Oficial de 10 de novembro de 2006, sexta-feira, e o recurso protocolado em 21 de novembro do mesmo ano, terça-feira, dia seguinte ao feriado estadual que celebra o "Dia Nacional da Consciência Negra" (Lei Estadual n.º 4.007, de 11 de novembro de 2002). Não obstante haver o diligente advogado elaborado preliminar de tempestividade de seu recurso, ao receber o apelo no Tribunal Regional do Trabalho, o juiz relator entendeu por bem negar seguimento a seu trâmite, monocraticamente, por considerá-lo intempestivo. Segundo os argumentos do magistrado, ao alegar direito estadual para prorrogar o prazo recursal, caberia ao recorrente provar o seu teor e vigência, nos termos do art. 337, do CPC, o que não ocorrera.

Levando-se em consideração os dados acima, indaga-se:

Qual o recurso cabível da decisão monocrática que negou seguimento ao recurso ordinário citado? Indique o dispositivo legal que o prevê e fundamente sua resposta.

. Qual o prazo legal de interposição do referido recurso?

2 - Em 18 de setembro de 2007, o Sindicato dos Penteadores de Leão do Estado do Rio de Janeiro – SPLERJ teve ciência de que as empresas de prestação de serviços de penteação de leões de sua base territorial estavam descumprindo normas de segurança e medicina do trabalho em prejuízo de todos os seus empregados. Consultando a advogada que presta serviços ao respectivo sindicato profissional, Dra. Cléa M. L. M., foi sugerido o ajuizamento de ação coletiva em defesa dos interesses supra-individuais dos membros da categoria profissional, nos termos da Lei n.º 7.347/1985.

Dados os fatos acima, responda:

- Tem o sindicato legitimidade para ajuizar ação coletiva em favor dos membros de sua categoria? Caso positivo, fundamente sua resposta indicando o regramento legal aplicável à hipótese.
- Em caso de resposta negativa ao item anterior, indique qual seria o meio adequado à proteção dos interesses coletivos dos membros da categoria do SPLERJ.

3 - Em 16 de setembro de 2003, terça-feira, foi publicada sentença em ação trabalhista, em que foi deferido o pedido de horas extras e indeferido o pedido de pagamento de bônus formulados na petição inicial. Foi apresentado recurso ordinário apenas por parte do reclamante, que pretendia o êxito de sua postulação de pagamento de bonificação. O acórdão, publicado em 15 de maio de 2006, segunda-feira, deu provimento ao apelo do autor, julgando procedentes, na totalidade, os pedidos. A decisão de segundo grau de jurisdição não sofreu impugnação. Na data presente, foi verificado que o reclamante já havia ajuizado a mesma ação (idênticas partes, pedidos e causas de pedir), tendo sido julgada improcedente sua pretensão. O réu, todavia, deixou passar despercebido tal fato durante a instrução processual do segundo processo. Detectada a violação à coisa julgada, uma vez que a sentença da ação anterior transitou em julgado em meados de 2002, o corpo jurídico da empresa prepara ação rescisória, com o fito de desconstituir o recente julgado em sua totalidade.

Considerando-se essa situação, pergunta-se:

- Qual o termo inicial do prazo para o ajuizamento da pretendida ação rescisória?

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

- Há algum óbice para a apreciação de mérito da ação rescisória quanto às condenações em horas extras e bonificação?

4 - Em recente notícia divulgada no sítio do TST, lia-se que um empregado, admitido em janeiro de 1978, como artífice, pela Pecplan ABS Importação e Exportação Ltda., ali permaneceu por mais de 20 anos. Executava tarefas de trato de bovinos, tais como alimentação, coleta de sêmen, lavagem, cuidados de natureza sanitária, além de outras atividades, como capina e aplicação de herbicidas na Fazenda Santo Ignácio, em Uberaba (MG), que tinha como uma de suas atividades econômicas a comercialização de sêmen para exportação.

Despedido sem justa causa, ajuizou ação trabalhista em junho de 1999, pleiteando horas extras e reflexos, integração à remuneração de salário in natura (moradia), adicional de insalubridade, reflexos, diferença de indenização de FGTS, domingos e feriados trabalhados.

A Pecplan, na contestação, argüiu prescrição quinquenal e alegou haver acordo individual de prorrogação de jornada para compensação aos sábados. Argumentou, ainda, que os plantões também eram compensados com folgas. A 1ª Vara do Trabalho de Uberaba julgou procedente apenas o pedido das parcelas de horas extras com reflexos sobre o FGTS e a indenização de 40%, e declarou prescritos os direitos anteriores a 22/06/94, por considerar o empregado como trabalhador urbano.

Considerando essa situação, responda: o ex-empregado deve ser enquadrado como urbano ou rural? Indique a fundamentação legal correspondente.

5 - Iago foi contratado, como empregado, para laborar em uma empresa cuja atividade produtiva se dá de modo contínuo e ininterrupto. O empregador, então, dividiu os empregados em turnos que vão se sucedendo ao longo do dia. O horário de trabalho de Iago sofre variações ao longo do mês, sendo que nesta semana Iago trabalhou das 14h às 23h, permeado por um período de uma hora para repouso ou alimentação.

Analise o caso à luz das normas que regem a jornada de trabalho.

Exame de Ordem – 2007.2 - Nacional - 2ª fase

1 - Antônio, advogado da empresa Alfa e Ômega Ltda., interpôs recurso ordinário contra decisão de um juiz de direito da vara do trabalho, que estabelecera condenação à empresa. Embora tenha interposto o referido recurso no terceiro dia do prazo de 8 dias que a CLT estabelece para a interposição de recurso ordinário, o advogado da empresa efetuou o pagamento do depósito recursal apenas no oitavo dia.

Diante da situação hipotética acima, questiona-se: o recurso está apto a ser conhecido? Justifique a sua resposta.

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares

(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

2 - Um juiz de direito de uma comarca do interior de um estado do Brasil não abrangida pela jurisdição de uma vara do trabalho julgou reclamação trabalhista movida por José contra a empresa Delta Ltda. Este, porém, não se conformou com a decisão proferida pelo juiz.

Diante dessa situação, que recurso o advogado de José deverá interpor? Que tribunal será competente para julgar o recurso?

Justifique as suas respostas.

3 - O advogado da empresa Beta Ltda. interpôs recurso de revista de decisão proferida por um tribunal regional do trabalho. O presidente desse tribunal negou seguimento ao recurso. Diante de tal decisão, o advogado interpôs agravo de instrumento, o qual não foi aceito pela 1.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sob o fundamento de intempestividade do recurso.

A propósito da situação hipotética acima descrita, responda ao seguinte questionamento: é possível a interposição, na seção especializada em dissídios individuais, de recurso de embargos para discussão da tempestividade do recurso? Justifique sua resposta.

4 - José moveu reclamação trabalhista contra a empresa Aurora Ltda., pleiteando o pagamento de horas extras que alega ter cumprido durante o pacto laboral, mas que não foram solvidas pela empresa. A citada empresa contestou, alegando que José jamais efetuara qualquer tipo de trabalho em jornada extraordinária. Para comprovar sua tese defensiva, o advogado da empresa juntou à contestação os cartões de ponto de José, que demonstravam horário de entrada e de saída de acordo com horário de trabalho previamente estabelecido.

Nessa situação hipotética, a apresentação dos cartões de ponto de José, que demonstram horário de entrada e de saída de acordo com o horário de trabalho previamente estabelecido, é suficiente para comprovar a ausência de jornada extraordinária que José alega ter cumprido? Justifique sua resposta.

5 - Flávio moveu reclamação trabalhista contra a empresa Céu Azul Ltda., alegando que desenvolvia suas atividades em local insalubre e que jamais havia recebido da empresa o adicional de insalubridade. A empresa contestou o pedido, afirmando que Flávio não trabalhava em local insalubre. O juiz designou perícia técnica para avaliação do local onde Flávio trabalhava e facultou às partes a indicação de auxiliar técnico para perícia. Para acompanhar o trabalho do perito oficial, Flávio indicou um profissional de sua confiança, que lhe cobrou R\$ 800,00 de honorários.

Flávio foi vencedor em sua tese, já que a perícia oficial atestou que o local onde ele trabalhava era realmente insalubre. Sendo vencedor no objeto da perícia, Flávio formulou pedido de ressarcimento dos honorários pagos ao assistente por ele indicado, pleiteando a condenação da empresa Céu Azul Ltda. em tal quantia.

Nessa situação hipotética, é devida a condenação da empresa Céu Azul Ltda. a ressarcir Flávio dos honorários pagos ao assistente da perícia por ele indicado? Justifique a sua resposta.

34º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2007)

1 - José foi contratado pela Empresa Bola Sete Ltda., na função de auxiliar de serviços gerais, em 4 de maio de 2007. No dia 4 de outubro de 2007, José pediu demissão da empresa, alegando ter recebido de outra empresa uma proposta de trabalho mais vantajosa.

Considerando que José não completou um ano de trabalho na empresa, deve receber na rescisão do contrato de trabalho, algum valor a título de férias? Justifique a sua resposta.

2 - Em ação trabalhista ajuizada em face da empresa Brasileira Ltda., Antônio, que trabalhava como gerente de vendas, em Recife, desde a sua admissão, em 1999, formulou pedido de equiparação salarial, indicando como paradigma o Sr. João, também gerente de vendas da empresa, desde o ano de 2005, na cidade de Salvador.

Nessa situação, o pedido formulado por Antônio é devido? Fundamente a sua resposta.

3 - Antônio moveu uma reclamação trabalhista contra a empresa Mar Azul Ltda. Na audiência de conciliação, as partes não fizeram acordo. Contudo, antes da realização da audiência de instrução e julgamento, as partes pactuaram um acordo por escrito e peticionaram ao juiz do trabalho, requerendo a homologação do acordo e a extinção do processo.

Considerando a situação hipotética acima, esclareça se o juiz do trabalho está obrigado a homologar o acordo.

4 - Em um processo que corre em uma das varas do trabalho, o advogado da empresa Delta Ltda. interpôs recurso de agravo de petição tempestivo. No citado recurso, o advogado fundamentou que os valores apurados nos cálculos apresentados pelo contador judicial seriam elevados, mas não delimitou os valores que a empresa entendia ser efetivamente devidos ao reclamante, nem especificou o erro que o contador teria cometido ao elaborar o cálculo.

Nessa situação, o agravo de petição está apto a ser recebido? Justifique a sua resposta.

5 - O banco Cidade contratou Néelson, diretamente, para trabalhar como vigilante. Após o término da relação de emprego, Néelson ajuizou ação trabalhista postulando seu enquadramento como bancário e, conseqüentemente, o recebimento de horas extras, conforme o art. 224 da CLT, bem como o pagamento de parcelas previstas em normas coletivas dos bancários.

Com relação à situação hipotética apresentada, indaga-se:

O obreiro deve ser enquadrado como bancário? São-lhe devidas as pleiteadas horas extras e as parcelas referentes às normas coletivas dos bancários? Fundamente a sua resposta.

134º Exame de Ordem – São Paulo - 2ª fase (2007)

1 - Danilo provocou briga em serviço e agrediu, injustamente, Renato, seu colega de trabalho. Em consequência, a empresa empregadora puniu Danilo com cinco dias de suspensão. Embora não tenha cometido mais nenhuma falta, após o decurso de um ano, Danilo foi despedido por justa causa, sob a alegação da já mencionada agressão a Renato. Na situação descrita, a posição da empresa está correta? Justifique, com a devida base legal, a sua resposta.

2 - Considere-se que determinada empresa, em face da constatação de prestação de serviços em atividade insalubre, tenha adquirido os necessários equipamentos de proteção individual, distribuindo-os aos empregados. Considere-se, ainda, que, a partir do pagamento do primeiro salário subsequente a tal aquisição, a empresa tenha passado a descontar tais despesas, em três parcelas, no salário de cada um dos empregados. Nessa situação, a atitude da empresa encontra amparo legal? Justifique a sua resposta com base na legislação pertinente.

3 - Considere-se que o patrono de determinado reclamante, alegando aplicação analógica do instituto do grupo econômico para fins trabalhistas, tenha inserido, no pólo passivo de uma ação reclamatória, para fins de solidariedade, o locador do imóvel em que estava situada a empregadora, na condição de locatária. Nessa situação, o entendimento do patrono está correto? Justifique, com a devida base legal, a sua resposta.

4 - Suponha-se que determinada empresa tenha juntado à defesa, em ação trabalhista, cópia xerográfica não-autenticada de um documento, tendo levado, porém, à audiência inicial o original do documento para a devida conferência. Nessa situação, tal procedimento tem previsão legal ou pode o juízo impedir a exibição do original para conferência? Justifique a sua resposta com a devida fundamentação legal.
RASCUNHO DA RESPOSTA

5 - Em determinado processo trabalhista, por ocasião da execução definitiva, a reclamada pretendeu argüir, embora em nenhum momento tivesse alegado o fato, compensação de suposto empréstimo que fizera ao trabalhador, exibindo documento firmado pelo empregado, no início do contrato de trabalho, que perdurara por cinco anos. Nessa situação hipotética, o procedimento descrito encontra amparo legal na processualística do direito do trabalho? Justifique sua resposta.

35º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2008)

1 - Pedro estava cumprindo o período referente ao aviso prévio quando registrou sua candidatura a cargo de dirigente sindical.

Nessa situação específica, deveria ser aplicada a Pedro a regra da estabilidade prevista no art. 543, § 3.º, da CLT? Fundamente, juridicamente, a sua resposta.

2 - José ingressou com uma reclamação trabalhista contra a empresa Lua Nova Ltda., formulando pedido de pagamento de horas extras. Afirmou que cumpria uma jornada de trabalho de 8 às 20 horas, com duas horas de intervalo, de segunda a sexta-feira. A empresa contestou o pedido, alegando, em sua defesa, que José não laborava em jornada extraordinária, e juntou os cartões de ponto de José. Todos os cartões juntados pela empresa registravam jornada de trabalho de 8 às 18 horas, com duas horas de intervalo, de segunda a sexta-feira. A empresa não produziu nenhum outro tipo de prova, a não ser os cartões de ponto de José. O juiz julgou procedente a demanda e condenou a empresa a pagar a José as horas extras, considerando a jornada de trabalho informada na inicial, ou seja, de 8 às 20 horas, com duas horas de intervalo, de segunda a sexta-feira.

Na situação apresentada, está correto o posicionamento do juiz? Fundamente, juridicamente, a sua resposta.

3 - Em uma audiência trabalhista, o procurador da empresa reclamada apresentou a procuração que lhe outorgava poderes para representar a empresa em juízo, sem ter apresentado o contrato social nem o estatuto da empresa, e o advogado do reclamante não apresentou nenhuma impugnação no que diz respeito à representação processual da empresa.

Diante da situação hipotética apresentada, questiona-se: é válido o instrumento de procuração apresentado pelo advogado sem a apresentação do contrato social ou estatuto da empresa? Fundamente, juridicamente, a sua resposta.

4 - Mauro, advogado da empresa Mar Grande Ltda., interpôs agravo de instrumento contra decisão do desembargador presidente do tribunal regional, que negou seguimento ao recurso de revista. Para formar o traslado, Mauro providenciou a cópia das peças consideradas obrigatórias e, no que diz respeito à comprovação de sua representação judicial, juntou cópia da ata de audiência inaugural, na qual consta o registro de que compareceu como advogado da empresa. Entretanto, Mauro não possuía instrumento de procuração escrito outorgado pela empresa.

Considerando-se que a comprovação da representação judicial é peça obrigatória para o traslado de agravos de instrumento, está apto a ser conhecido o agravo de instrumento na situação hipotética apresentada? Justifique a sua resposta.

5 - A empresa Orvalho Matinal litigava contra um ex-empregado na justiça do trabalho em processo que corria sob o rito sumaríssimo. O juiz de 1.º grau julgou procedente a ação, tendo sido a sentença confirmada pelo tribunal regional do trabalho. O advogado da empresa resolveu interpor recurso de revista. Ao fundamentar seu recurso, o advogado alegou que a decisão do tribunal regional contrariava o disposto em uma orientação jurisprudencial da SBDI

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

1, do Tribunal Superior do Trabalho, sendo este argumento o único de mérito presente no recurso de revista.

Na situação hipotética apresentada, o recurso de revista interposto pelo advogado da empresa Orvalho Matinal está apto a ser conhecido? Justifique a sua resposta.

135º Exame de Ordem – São Paulo - 2ª fase (2008)

1 - João, por dois anos, trabalhou na empresa Alfa, até que, por necessidade de especialização dos trabalhos, as atividades desta foram transferidas para a empresa Beta, integrante do mesmo grupo econômico. Por dois meses, período de transição da transferência das atividades de uma empresa para a outra, João prestou serviços para ambas, durante a mesma jornada de trabalho. Após, foi transferido, em definitivo, para a empresa Beta, quando, então, foi feita a anotação em sua CTPS, indicando a mudança do empregador. Passados nove meses da transferência, a empresa Beta encerrou suas atividades, por conta de dificuldades financeiras, oportunidade em que dispensou seus empregados, inclusive João, sem nada pagar-lhes.

Considerando a situação hipotética descrita acima, responda às seguintes perguntas.

< Contra qual das empresas João poderá propor reclamação trabalhista?

< Terá João direito ao tempo de serviço prestado nas duas empresas, para efeito de pagamento de férias e 13.º salário, ou somente quanto ao período trabalhado na empresa Beta?

< João terá direito a mais de um salário por ter trabalhado nas duas empresas no período de transição das atividades?

2 - Considerando que, tanto no estágio quanto no contrato de trabalho, a prestação do serviço dá-se com personalidade, subordinação e continuidade, diferencie ambos os contratos, destacando as características específicas do contrato de estágio, no que diz respeito ao “termo de compromisso”, à matrícula do aluno no curso, ao pagamento de bolsa e à finalidade do estágio.

3 - Diferencie gorjeta de gratificação, identificando quem é o responsável pelo pagamento de cada uma dessas parcelas e explicando se elas decorrem de obrigação, ou não, por parte de quem o faz, e se integram o salário ou a remuneração.

4 - João prestou serviços pessoalmente, como representante comercial devidamente inscrito no CORCESP, para determinada empresa, pelo período de 10 anos. Rescindido o contrato por deliberação da representada no início de 2008, sem qualquer causa justificada, João postulou na justiça do trabalho os direitos decorrentes da lei que regulamenta a atividade dos representantes comerciais autônomos. O juízo do trabalho, em despacho liminar, deu-se por incompetente, sob o fundamento de tratar-se de mera prestação de serviços e não de vínculo de emprego.

Nessa situação, o posicionamento do juízo do trabalho está correto? Fundamente sua resposta.

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares

(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

5 - O banco Ômega, empresa pública federal, contratou a empresa Delta, prestadora de serviço, para que executasse, por meio dos empregados desta terceirizada, o serviço de limpeza das agências bancárias. Para uma dessas funções, foi designado Joaquim, que passou a fazer a limpeza da agência Gama. Passados três anos, a empresa Delta desligou Joaquim do seu quadro, deixando de pagar-lhe as verbas rescisórias, assim como de recolher seu FGTS.

Diante dessa situação hipotética, redija texto dissertativo, abordando a possibilidade de Joaquim ingressar com reclamação trabalhista diretamente contra o banco Ômega, ou contra este e a empresa Delta, considerando que seu vínculo de emprego ocorre somente com a tomadora do serviço, a quem ele estava subordinado. Caso entenda ser a instituição bancária a responsável, explicita se tal responsabilidade será, ou não, de modo solidário para com a empresa Delta.

36º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2008)

1 - No que diz respeito ao contrato individual de trabalho, distinga a subempreitada da locação de mão-de-obra, conceituando cada um desses contratos e apresentando suas características.

2 - No processo do trabalho, uma empresa que tenha sido condenada em primeira instância deverá efetuar o pagamento do depósito recursal para que possa interpor o recurso. Sendo assim, questiona-se: a necessidade de efetuar o depósito recursal como condição para o prosseguimento do recurso é compatível com o princípio do duplo grau de jurisdição? Justifique sua resposta.

3 - Qual é o recurso cabível contra decisão do juiz do trabalho na qual seja homologado acordo pactuado entre as partes? Justifique sua resposta.

4 - Antônio moveu reclamação trabalhista contra a empresa Lua Cheia, pleiteando, em sede de antecipação de tutela, a sua reintegração no emprego. Ao apreciar tal pedido, o juiz determinou, sem a oitiva da parte contrária, a imediata reintegração de Antônio. Na mesma decisão, o juiz determinou a notificação das partes para comparecimento à audiência inaugural. A empresa foi notificada para o cumprimento da ordem de reintegração deferida.

Considerando a situação hipotética apresentada, na condição de advogado(a) da empresa, especifique, de forma fundamentada, o instrumento processual hábil para buscar reverter a decisão do juiz.

5 - Elabore texto dissertativo acerca das características do trabalho forçado e do trabalho degradante.

136º Exame de Ordem – São Paulo - 2ª fase (2008)

1 - Maria, contratada como auxiliar de almoxarifado do Banco Brasileiro, trabalhou no departamento de telecomunicação, recebendo e expedindo materiais e atendendo às solicitações de material para manutenção de equipamentos das agências bancárias. Seu regime de trabalho era de oito horas diárias. Ao final do contrato de trabalho, Maria ingressou com reclamação trabalhista na qual pleiteava a percepção da 7.a e da 8.a hora como extras, sob o argumento de que era bancária, razão pela qual sua jornada de trabalho não poderia ser superior a seis horas diárias. O banco contestou a ação, alegando que a empregada não desenvolvia a atividade-fim da instituição e que somente fariam jus à jornada especial os bancários e empregados que exercessem atividades de limpeza e de portaria.

Na situação hipotética acima apresentada, são devidas horas extras a Maria, ainda que não tenha ela exercido atividade típica de bancária? Fundamente sua resposta.

2 - Antônio, auxiliar técnico da Companhia de Águas do Estado de São Paulo, foi transferido da capital para o interior, onde passou a ter domicílio e a desenvolver sua atividade laboral. Inconformado com a transferência, ele ingressou com ação trabalhista, argumentando não exercer atividade de confiança nem ter sido consultado, em tempo algum, a respeito da movimentação, tendo esta, segundo ele, ocorrido como forma de pressioná-lo a pedir demissão.

A empresa não rebateu os argumentos do empregado, mas justificou o ato de transferência sob a alegação de que, mesmo conservando sua sede na capital do estado, no contrato de trabalho do empregado, havia expressa previsão quanto à possibilidade de sua transferência, sujeitando-se essa decisão ao critério discricionário e diretivo do empregador.

Na situação hipotética apresentada, Antônio tem direito de voltar a exercer suas atividades no local de sua lotação original ou a transferência está no âmbito do poder diretivo e discricionário do empregador? Fundamente sua resposta.

3 - É possível o reconhecimento da validade do contrato de trabalho de um apontador de jogo do bicho que pleiteie, na justiça do trabalho, vínculo empregatício com o tomador dos serviços? Fundamente sua resposta com base em jurisprudência do TST.

4 - É devida equiparação salarial entre dois empregados que, apesar de executarem idênticas funções, tenham cargos diferentes na empresa, considerando-se que o equiparando atua no cargo de auxiliar administrativo e o paradigma, no cargo de técnico administrativo? Fundamente sua resposta.

5 - Suponha que Maurício trabalhe 8 horas diárias e usufrua apenas 20 minutos de intervalo para alimentação e descanso. Nessa situação, a não-concessão parcial do intervalo intrajornada implica o pagamento total do período correspondente? Fundamente sua resposta.

36º Exame de Ordem - Rio de Janeiro - 2ª fase (2008)

1 - José foi vencedor em reclamação trabalhista proposta contra a empresa XY, tendo o juiz determinado que ele apresentasse a variação salarial incluída na sentença da ação cognitiva, para fins de proceder à liquidação do julgado. Passados mais de três anos sem a apresentação do ato, a empresa apresentou exceção/objeção de pré-executividade, arguindo a ocorrência da prescrição da pretensão executiva. O juiz acolheu a arguição e decretou a extinção do processo.

Nessa situação hipotética, o juiz agiu corretamente? Fundamente sua resposta.

2 - Em ação trabalhista já em grau de recurso, a advogada Mariana tomou conhecimento da decisão proferida em recurso ordinário mediante publicação da ata de julgamento. Ato contínuo, antes mesmo de ter sido publicado o referido acórdão, a advogada interpôs o recurso de revista para impugnar a decisão.

Em face da situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, se o recurso é tempestivo, levando-se em consideração a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

3 - Antônio, policial militar, nos horários de folga, presta serviços de segurança para a empresa Irmãos Gêmeos Ltda. Acreditando ter sido despedido injustamente, promoveu reclamação trabalhista pleiteando valores que supostamente lhe seriam de direito. A empresa arguiu que o contrato de trabalho seria nulo, visto que o estatuto da corporação militar, a que Antônio estava submetido, proíbe o exercício de qualquer outra atividade.

Na qualidade de advogado(a) contratado (a) por Antônio, apresente a fundamentação jurídica adequada para afastar a argumentação de nulidade do contrato de trabalho do policial militar na referida empresa de segurança.

4 - Os empregados de uma empresa, reclamando que o transporte público para o local da prestação de serviços é deficiente, pleiteiam a incorporação, com suas repercussões financeiras, do tempo despendido no trajeto até à empresa. De fato, a empresa está localizada em sítio de difícil acesso, e o transporte oferecido pelo poder público é deficitário.

Na qualidade de advogado(a) do departamento jurídico dessa empresa, responda, de forma fundamentada, se a empresa deveria aceitar o pleito dos empregados.

5 - Em dezembro de 2003, Luiz foi contratado como motorista pela administração aeroportuária, para conduzir ônibus, com passageiros e tripulação, do terminal do aeroporto até os aviões. Foi demitido em dezembro de 2007. Argumenta que era exposto a agentes nocivos à sua saúde, na medida em que, aguardando o embarque dos passageiros, próximo ao abastecimento de aviões, sofria riscos bastante consideráveis à saúde.

Considerando a situação hipotética apresentada e na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Luiz para ingressar com reclamação trabalhista, responda, de forma fundamentada, se ele possui direito a algum adicional, indicando a sua espécie e o percentual correspondente.

137º Exame de Ordem – São Paulo - 2ª fase (2008)

1 - Manuel, empregado da empresa Super Boa Ltda., após criticar seu superior hierárquico de forma contundente e com uso de expressões depreciativas, foi advertido por escrito. Tendo Manuel se recusado a assinar a referida penalidade, ele foi dispensado, por justa causa, da empresa, sob o argumento de prática de falta grave, por ato de indisciplina.

Na situação hipotética apresentada, foi correta a decisão da empresa de dispensar o empregado por justa causa? Fundamente sua resposta.

2 - Geraldo é gerente de vendas em uma sapataria e recebe, além do salário e das horas extras trabalhadas, um adicional pela função que exerce. Entretanto, no demonstrativo de pagamento entregue a Geraldo todos os meses, não há discriminação das verbas remuneratórias, sendo todas elas englobadas sob o título de salário.

Considerando a situação hipotética apresentada, caracterize a forma de remuneração paga a Geraldo, explicitando, com a devida fundamentação jurídica, se ela é admitida no âmbito do direito do trabalho.

3 - Tereza, admitida, no ano de 1999, em uma empresa, para o exercício de atividades de serviços gerais de limpeza, foi dispensada em 2006. Em março do ano seguinte, ajuizou reclamação trabalhista na 5.ª Vara do Trabalho de São Paulo, pleiteando adicional de insalubridade. A empregadora demonstrou que o Ministério do Trabalho e Emprego não classificava a referida atividade como insalubre. O juiz do trabalho acolheu o pedido formulado pela reclamante e condenou a reclamada a pagar o adicional de insalubridade em grau máximo — 40% sobre o salário mínimo da região —, nos termos da NR 15 da Portaria n.º 3.214/1978 do MTE. O TRT da 2.ª Região confirmou a sentença por entender que o laudo pericial havia demonstrado que a empregada, ao fazer a limpeza dos 11 banheiros do escritório e da área de produção da empresa, manuseava, sem qualquer equipamento de proteção, agentes biológicos nocivos à saúde, resíduos equiparáveis ao lixo urbano, sendo este fundamento suficiente, por si só, para a procedência da reclamação.

Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, com base no entendimento atual do TST, se é devido à empregada o pagamento do adicional de insalubridade em face da constatação do laudo pericial, independentemente da classificação de tal atividade como insalubre pelo MTE.

4 - Considere que Maria, ao descobrir-se grávida, tenha utilizado as dependências do hospital onde trabalha como auxiliar de enfermagem, para interromper a gravidez e, em decorrência do fato, tenha sido processada e julgada por aborto criminoso. Nessa situação, com base no que prevê a CLT, caracteriza-se hipótese de suspensão de contrato de trabalho ou de interrupção do contrato de trabalho?

Fundamente sua resposta.

5 - João, em razão de acidente de trabalho, ficou afastado por mais de 15 dias de suas atividades, passando a receber o auxílio-doença acidentário. Após encerramento do gozo do auxílio-acidente, João teria direito a estabilidade provisória pelo período de 12 meses. Entretanto, a empresa, no curso da referida estabilidade, despediu-o imotivadamente. Passados 18 meses do decurso do período de estabilidade, o empregado ajuizou reclamação trabalhista, pleiteando o recebimento dos salários referentes ao período compreendido entre a

Provas da OAB – 2ª Fase – Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Prof. Simone Belfort e Ana Paula Alvares

(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

data da despedida e a do ajuizamento da ação, bem como sua reintegração no cargo antes ocupado.

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, à seguinte pergunta: João tem direito ao recebimento dos salários relativos ao período descrito, assim como o de ser reintegrado ao cargo antes ocupado?